

UNIVERSALIZAR SANEAMENTO NO PAÍS PODE LEVAR MAIS DE

10
ANOS



A importância da gestão da água foi tema de debates que reuniram representantes de diversos países em Brasília no **8º Fórum Mundial da Água**. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) ampliou os debates no **Espaço Municipalista: a Água e o Mundo**.

Uma demanda antiga do movimento municipalista foi comemorada no mês de março. Gestores de mais de 2 mil Municípios assinaram o termo de adesão ao programa Internet para Todos. O lançamento ocorreu em cerimônia realizada em Brasília, no dia 12 de março, e reuniu municipalistas de todo o país.

A solenidade também foi palco da sanção do Projeto de Lei do Congresso (PLN) 01/2018, que libera o Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM). A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia seguinte à cerimônia. O repasse do Ministério da Saúde ocorreu ainda no mês de março.

Editorial

Em entrevista ao **Boletim CNM**, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou a necessidade de um projeto que venha a amenizar a situação dos Entes locais na área da previdência. Ainda no Congresso, a CNM faz um balanço de como será trabalhada a pauta municipalista diante da intervenção federal na segurança pública.

A publicação também traz reportagem sobre a utilização de energias limpas por Municípios brasileiros. Estudo internacional mostrou que o número de cidades abastecidas com pelo menos 70% de fontes limpas mais do que duplicou desde 2015.

A **XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios** também foi tema desta publicação. O evento acontece entre os dias 21 e 24 de maio, no Centro Internacional de Convenção do Brasil (CICB), e terá como tema Compromisso com o Brasil.

Família Municipalista

Visitas de prefeitos à CNM

 Kátuscia Mendes	 Sandra Jaqueline	 Adriana Câmara	 Marilyda Barbuda	 Marta Helena	 Antônia Alizandra Gomes	 Adelita Pamazan	 Debora Luzinete	 Camille Macedo
 Rubilson Farias	 Paulo César	 Fernando Augusto	 Mércal Aruda	 Franklin Ramires	 Clysmey Feneira	 Jonas Moura	 Gerson Colodel	 Claudio Luiz
 Francisco Francimário	 Francisco Expedito	 André Santos	 Noboru Tomiyoshi	 Endrigo Bertin	 Antonio Geraldo	 Aderaldo Pereira		
 Fabio Rodrigues	 Jose Morgano	 Helio Vieira	 Heliton Scheidt	 Favio Marcel	 Jose Bonifacio	 Edmilson Amauri	 Miguel Almeida	 Enaldo Luis
 Elearz Muniz	 Isael Domingues	 João Barbosa	 Cleidimar da Silva	 Marcus Ramos	 Humberto Cesar	 Jaziel Lages	 Iraldo Ebertz	 Clairton Carboni
 Ulisses Felinto	 Manoel da Silva	 Ronaldo Ferreira	 Geraldo Donizete	 Cícero Cirino	 Jairo Madeira de Coimbra	 Jeferson Santos	 Genivaldo dos Anjos	 Irandeci José
 Agnaldo Trevisan	 Hilton Lima	 Valdir Coutinho	 Vanaldo Moura	 <p>Visite a sala do Prefeito(a) e Vereador(a) na sede da CNM, em Brasília/DF Computador, wi-fi, café, salas de reuniões e escritórios completos para seu Município.</p>				

 **Entrevista**

Situação dos Municípios na área da previdência é caótica, afirma Raupp

Relator do Projeto de Lei do Senado (PLS) 395/2017, que trata da compensação financeira entre os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores titulares de cargos efetivos e os Municípios, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) falou da necessidade de um projeto que venha a amenizar a situação dos Entes locais na área da previdência, que, segundo ele, é caótica. Em entrevista à CNM, o senador contou que a relatoria do projeto ainda está sendo construída, mas ele entende que a celeridade no projeto deve ser uma prioridade. Tendo ocupado cargo no executivo municipal, Raupp destacou que se compromete com a pauta municipalista e ressaltou que, mesmo em um ano “mais curto”, deve se empenhar com a aprovação de matérias que beneficiam os Municípios.

O senhor por diversas vezes se mostrou municipalista ao votar em pautas de interesse dos Municípios. Os Entes locais podem continuar contando com seu apoio?

Senador Valdir Raupp: com certeza absoluta. Eu que já fui vereador e prefeito por dois mandatos tenho conhecimento profundo de como os Municípios funcionam. E como governador também, recebendo os gestores e atendendo às reivindicações dos prefeitos do Estado. Aqui no Congresso a gente também trabalha com essas pautas municipalistas. Sempre defendi o municipalismo e defendo o pacto federativo, para que os Municípios possam se empoderar um pouco mais, sem ficar correndo com o “pires na mão” todo ano. Aliás, a todo momento, todo final do ano; por que, nos últimos anos, os prefeitos sempre tiveram de pedir uma parcela extra de FPM [Fundo de Participação dos Municípios] para a União. E é uma agonia. Como foi no ano passado, que era pra sair e até o momento ainda não saiu. Vai sair tardiamente. Alguma coisa tem de ser feita. E eu me coloco inteiramente à disposição dos Municípios brasileiros.

O senhor é relator do Projeto de Lei do Senado (PLS) 395/2017, que dispõe sobre a compensação financeira entre os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores titulares de cargos efetivos

da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Como esse projeto deve beneficiar as administrações locais?

Senador Valdir Raupp: alguma coisa tem de ser feita. Estamos chegando no final do nosso relatório e estamos analisando, mas os Municípios não estão suportando mais. Eu tive uma reunião com uma secretária do tesouro nacional. E ela me contava a situação caótica em que estão chegando os Municípios na área da previdência, e de que não tem como não fazer reforma. Não sei se o momento é esse, às vésperas de uma eleição. Essa é a minha grande preocupação. Vejo que o momento mais adequado seria após as eleições, ainda este ano, mas após a eleição. Ou até para o novo governo. Mas a gente vai tocando; o que der para ser feito, a gente fará.

Qual a importância do PLS 395/2017 diante da não votação da Reforma da Previdência?

Senador Valdir Raupp: as duas reformas são importantes, mas acredito que, nesse momento, precisamos falar da reforma da previdência da União, por que, apenas no meu Estado, só para exemplificar, 78% da população é contra. Não há dúvidas de que ela deve ser mais bem explicada, o governo precisa se aproximar um pouco mais da sociedade, pois, se apenas 20% ou 30% da população será atingida com essa reforma, como é que 80% ainda é contra.

Alguma coisa está mal explicada. O governo precisa explicar mais.

Dentro do atual cenário político, como o senhor pode atuar pelo avanço de pautas municipais?

Senador Valdir Raupp: é possível. Este é um ano curto, bem curto de pauta. Acredito que vamos trabalhar até junho, e mesmo assim já esvaziando um pouco. Eu pretendo estar presente aqui em todas as sessões deliberativas pelo menos até julho, até o início das campanhas. E mesmo durante as campanhas podemos votar uma pauta mais pontual, que possa ser votada em dois dias. Mas ainda temos espaço para trabalhar e acredito que ainda dá pra aprovar muita coisa.




 Meio Ambiente

Energia limpa: benefício ao meio ambiente, à população e ao Município

Fontes de energia limpa são realidade no país. Ao contrário dos Estados Unidos, que, no ano passado, anunciaram que deixariam o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, os gestores brasileiros têm reunido esforços para trocar os combustíveis fósseis pelas fontes renováveis. O reconhecimento veio de um estudo do Carbon Disclosure Project (CDP), organização sem fins lucrativos voltada para a divulgação de dados climáticos, que considerou o Brasil referência.

De acordo com o levantamento de 2017, o número de cidades abastecidas com pelo menos 70% de energia limpa mais do que duplicou desde 2015, quando foi assinado o acordo. Das 570 localidades listadas pelo CDP, 43 obtêm toda a eletricidade de recursos renováveis e 101 tiram pelo menos 70% do seu potencial elétrico dessas fontes. Dois anos antes, eram apenas 42.

Os 47 Municípios brasileiros presentes na lista deram destaque não só à América Latina, mas também ao Brasil. O país possui 71% da sua capacidade de geração elétrica composta por hidrelétricas, percentual que deve se manter próximo de 68% em 2021. Trata-se de uma energia armazenável, limpa e com custo de operação dependente de afluências e reservatórios. Com a crise hídrica, porém, veio o alerta para a dependência do recurso. Para se ter uma ideia, entre 2012 e 2017, a ge-

ração no rio São Francisco reduziu 71%.

Nesse cenário, novos atributos do país têm sido explorados pelos governos locais, pela população e por empresas, nacionais e estrangeiras. O Nordeste, primeiro castigado pela seca, recebe investimentos para exploração eólica há mais de uma década. Em julho do ano passado, a energia dos ventos chegou a responder por 64,2% do fornecimento na região.

Impostos e empregos

Agora é a vez dos projetos fotovoltaicos, que estão se espalhando de Norte a Sul. Em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, as mudanças na matriz energética chegaram ano passado. A Atlas Energy, empresa com fundo de investimento britânico, instalou um novo parque solar, do qual se esperavam não só os benefícios ambientais diretos, como também impostos, postos de trabalho e giro da economia.

A região sofria com a seca e o calor, que prejudicavam a agricultura local. **“O que era pobreza virou riqueza. Nós arrecadamos e geramos empregos, que aumentaram a renda da população. Além do ISS, após dois**



Ene / Divulgação

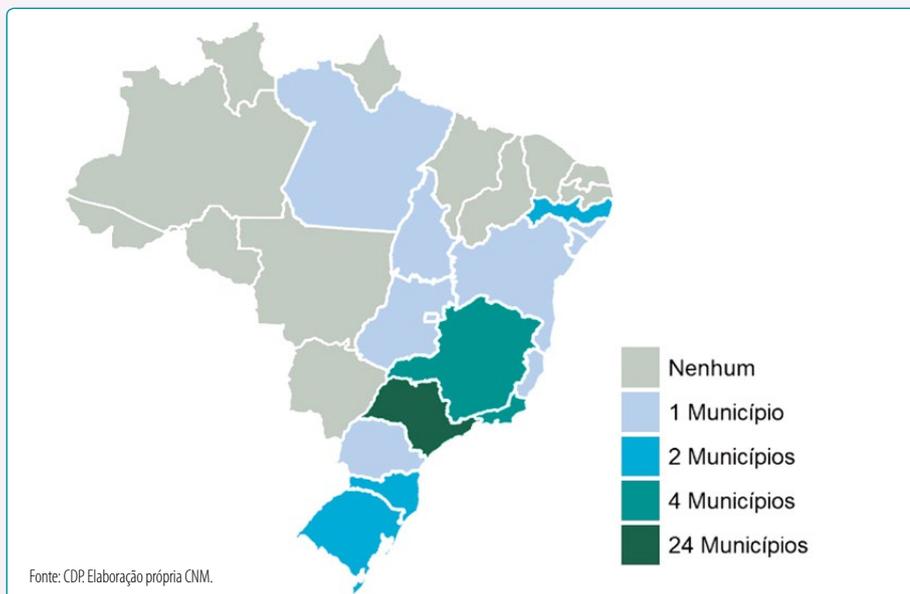
anos de geração elétrica, passaremos a receber ICMS da comercialização da energia”, comemora o prefeito do Município e presidente da União dos Municípios da Bahia (UBP), Eures Ribeiro. Segundo ele, mais cinco instalações estão sendo montadas na área.

Desburocratizar

O segredo para atrair iniciativas como essa está na redução de entraves burocráticos. Percebendo que poderia dar mais agilidade aos projetos de usinas de energias limpas, a Secretaria de Meio Ambiente do Município baiano trabalhou em prol das licenças ambientais.

A prova de que boas práticas não precisam, necessariamente, partir de um grande investidor ou do Estado está em Vinhedo (SP), onde mais consumidores estão optando pela autonomia energética por meio da instalação de placas solares. Além de não emitir poluentes e não consumir recursos naturais, há significativa redução na conta de luz. Segundo a CPFL Piratininga, distribuidora de energia no Município, 35 clientes têm placas em casa. Em 2015, havia registro de apenas um caso.

O prefeito Jaime Cruz explica que os condomínios residenciais têm puxado esse aumento. Há, inclusive, um projeto a ser implantado na nova Santa Casa, em parceria com a empresa de energia solar. Para o gestor, a conscientização é essencial para vencer as dificuldades. “Claro que os custos também devem ser avaliados, mas vencendo os preconceitos e exaltando as vantagens da energia limpa, por meio da conscientização educacional, é que se abrem as portas”, defende.



Artigo

Universalização do saneamento levará mais de cem anos para acontecer

Em 2013 foi aprovado o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), o qual previa que até 2033 o Brasil deveria universalizar os serviços de saneamento básico, que englobam o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais ao custo de R\$ 508 bilhões, sendo cerca de R\$ 300 bilhões de responsabilidade da União (59%).

As metas da universalização significam 99% de cobertura no abastecimento de água potável, sendo 100% na área urbana e de 92% no esgotamento sanitário, sendo 93% na área urbana. Em resíduos sólidos, o Plansab previa a universalização da coleta na área urbana e a ausência de lixões ou vazadouros a céu aberto em todo o país. Para águas pluviais, outra meta é a redução da quantidade de Municípios em que ocorrem inundações ou alagamentos, na área urbana de 11%.

Passados cinco anos, não há mais previsão de quando as metas poderão ser cumpridas. Isso, pois os sucessivos cortes no orçamento da União para saneamento são alarmantes. De acordo com informações do Ministério do Planejamento, o Projeto de Lei Orçamentária (Ploa) previa para 2018 o montante de apenas R\$ 941,6 milhões para apoiar Estados e Municípios em saneamento, valor irrisório diante dos desafios do setor.

Atualmente, 83,3% dos brasileiros são atendidos com abastecimento de água tratada, mas apenas 44,92% dos esgotos coletados no país são tratados. No que diz respeito à disposição final ambientalmente adequada, cerca de 48% dos Municípios ainda não possuem aterros sanitários.

Situação preocupante, já que o custo para melhorar esses índices é alto e os investimentos são baixos. Nesse contexto, considerando os dados da ONG Contas Abertas, quando comparados os valores destinados pela União para despesas com saneamento em 2016 e 2017, percebe-se uma queda de 32%. No ano passado, R\$ 2,1 bilhões foram executados em saneamento pelo governo federal, sendo que o montante atingiu R\$ 3,2 bilhões um ano antes.

Apesar de o Ploa ter previsto apenas R\$ 941,6 milhões para saneamento básico, a Contas Abertas evidencia a previsão da execução de R\$ 1,9 bilhão para o setor, o que significa redução de 16,6% em relação ao autorizado em 2017.

Assim, é preciso evidenciar que, de acordo com o relatório de avaliação do Plansab, divulgado em março de 2018 pelo Ministério das Cidades referente ao ano de 2016, na avaliação dos programas de saneamento, o total desembolsado entre 2011 e 2016 é de R\$ 56,4 bilhões, considerando tanto os repasses de recursos do Orçamento Geral da União como dos fundos administrados pelo governo federal a título de empréstimo.

Já em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), se analisarmos o PAC 1 e o PAC 2 juntos, temos empreendimentos que totalizam cerca de R\$ 95,3 bilhões, dos quais R\$ 89,1 bilhões estão contratados (94,9%) e outros R\$ 49,1 bilhões estão executados (52,3%).

Apesar de não ser uma análise que condiz com a realidade efetiva de repasse de recursos, se formos considerar os dados do relatório e analisar os valores investidos independentemente dos restos a pagar e outros fatores, somando R\$ 56,4 bilhões dos programas da União para saneamento com R\$ 49,1 bilhões do PAC 1 e do PAC 2, até 2016 temos apenas R\$ 102,5 bilhões investidos pela União para saneamento.

Porém, o Plansab previu a necessidade de R\$ 508 bilhões em investimentos entre 2014 e 2033, ou seja, o relatório elaborado pelo MCidades deveria ter desconsiderado investimentos anteriores a 2014, mas considerou ações desde 2007 com o PAC 1, quando o Plansab nem existia. Ademais, recursos que são empréstimos também deveriam ser desconsiderados da análise do relatório do Plansab, pois serão devolvidos à União e não deveriam ser contabilizados como parte do cumprimento da meta da União. Apesar disso, ainda que a análise considere os dados independentemente da concretização dos repasses de fato e esteja em um recorte temporal anterior ao Plansab, isso significa que em uma perspec-

tiva otimista a União ainda precisa investir quase R\$ 200 bilhões até 2033.

Nesse sentido, se mantivermos o investimento médio da União em R\$ 2 bilhões por ano como está previsto para 2018, a estimativa é que essa meta seja atingida somente em 100 anos. Porém, essa extrapolação de dados não condiz com a realidade, pois entre o que é previsto e o que é de fato investido há uma grande diferença. Portanto, a situação que os Municípios enfrentam é de absoluta incerteza com relação à melhoria do saneamento, pois as despesas crescem e o orçamento reduz. A conta não fecha e os gestores terão cada vez mais dificuldades em prestar os serviços de saneamento.

Essa é única certeza que existe para os gestores locais, pois a possibilidade de expansão dos serviços de saneamento é mínima após a Emenda Constitucional 95. Os esforços serão centrados para tentar manter os serviços básicos de saneamento já existentes pelos próximos 20 anos.

Esse alerta foi destacado durante o *Fórum Mundial da Água*, que ocorreu em Brasília durante os dias 18 a 23 de março, evidenciando a importância do saneamento básico para a redução das desigualdades, para a saúde e a qualidade ambiental. A CNM participou ativamente do Fórum e destacou a realidade de abandono na qual os Municípios se encontram para universalizar os serviços de saneamento.

Ante o exposto, é preciso defender a criação urgente de políticas públicas federais e estaduais que possibilitem a ampliação e melhorias dos serviços de saneamento pelos Municípios, criando sinergias e atuações integradas entre os três Entes, possibilitando a proteção do meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas, conforme determina a Constituição Federal.

Cláudia Lins, geógrafa e mestra em Gestão Ambiental pela UnB. Consultora ambiental na Confederação Nacional de Municípios, onde também coordena o projeto internacional sobre desenvolvimento sustentável em parceria com a União Europeia.

Congresso

Onda de imigração expõe dificuldades dos Municípios de fronteira

A crescente onda de imigração de venezuelanos reacendeu o debate sobre as dificuldades enfrentadas pelos Municípios de fronteira e as políticas públicas voltadas para estrangeiros que chegam sem planos ou perspectivas. Estima-se que entre 500 e 1.200 pessoas cruzam diariamente o território da Venezuela. Com esse fluxo, mais de 40.000 teriam chegado à Boa Vista, o que representa 12% dos cerca de 330 mil habitantes da capital.

A porta de entrada é **Pacaraima, cuja população, que não chega a 15 mil, dobrou**. Em fevereiro, o prefeito Juliano Torquato esteve na sede da CNM para solicitar apoio e intermediação com o Congresso e a União. Desde então, foi criado o Comitê Federal de Assistência Emergencial, que reúne diversos órgãos para atuar nas áreas de proteção social, saúde, educação, direitos humanos, alimentação e segurança pública.

As forças armadas reforçaram o patrulhamento e estão elaborando um plano de contingência. Além disso, tramita no Congresso Medida Provisória para liberar R\$ 190 milhões à assistência e ao acolhimento humanitário. “A gestão da crise foi repassada para o governo federal. Enquanto isso, tentamos nos adequar nas questões locais. A demanda na rede educacional, por exemplo, aumentou em 70%. A dificuldade é com a lentidão e a burocracia para que as coisas aconteçam”, lamenta Torquato.

Assistencialismo

Ao passar a fronteira, os imigrantes enfrentam fome e desemprego, o que os deixa vulneráveis ao trabalho análogo à escravidão e à exploração sexual. Com o reconhecimento da crise pelo poder público, o gestor espera que as ações sejam mais imediatas. Enquanto a verba da União não chega, a prefeitura arca não só com as despesas emergenciais como também as rotineiras, como manutenção dos postos de saúde e reforma das escolas.

De acordo com o último levantamento do governo estadual, somente mil refugiados recebem assistência oficial do Estado. O objetivo da ajuda é fazer um cadastro das famílias para legalizá-las, transferi-las para outras unidades da Federação, caso haja interesse, e encaminhar as

crianças para a escola e os adultos para o mercado de trabalho.

A lotação dos postos de saúde em Roraima chamou atenção para um possível surto de doenças que, até então, estavam controladas. Sarampo, caxumba e coqueluche começaram a preocupar médicos e autoridades. A vacinação está sendo intensificada em venezuelanos e brasileiros, em âmbito nacional.

Articulação

A CNM acompanha as demandas e apoia a elaboração de políticas públicas para as regiões e a população local e migrante. Uma dessas iniciativas é com o Comitê Binacional de Fronteira, que reúne prefeitos e intendentes do Brasil e do Uruguai. O grupo conta com nove Municípios brasileiros e é presidido pelo prefeito de

Jaguarão (RS), Favio Telis. A meta para este ano é ajustar a prestação de serviços que podem ser realizados bilateralmente.

O representante cita as áreas de educação, saúde, segurança e defesa civil como prioritárias, mas lembra de pe-

quenos entraves em que os moradores enfrentam burocracia. “Na linha de fronteira, existem a troca e a ajuda mútua, mas sem regulamentação; elas são totalmente informais. A ideia é reunir os documentos das discussões no Comitê e levar aos órgãos competentes, parlamentares e presidência, por meio do Itamaraty”, conta.

Acompanhe

Em breve, a CNM irá publicar a Cartilha do Cidadão de Fronteira Brasil/Uruguai, que aborda os direitos sociais dos moradores brasileiros e uruguaios que vivem nas cidades-gêmeas. O guia trata dos desdobramentos dos acordos para permissão de residência, estudos e trabalho a nacionais fronteiriços, além do ajuste complementar para a prestação de serviços de saúde.



Governo RR / Divulgação



ACNUR / Regressão Diáspora



Ag Brasil

Em 2017, a Polícia Federal registrou **22.247** pedidos de refúgio, um recorde de solicitações

II Congresso Nacional

O impacto da intervenção federal na pauta municipalista

A violência no Estado do Rio de Janeiro chegou ao ponto de o governo assumir não ter encontrado alternativa à intervenção federal na segurança pública. Em meados de fevereiro, o presidente da República, Michel Temer, assinou decreto que regulamentava a medida. Em seguida, o Congresso Nacional aprovou a matéria.

A decisão de colocar a segurança pública fluminense sob responsabilidade de um interventor militar impactou diretamente na pauta legislativa prioritária aos Municípios. Isso porque os projetos em análise no Congresso são, em boa parte, propostas de emendas à Constituição (PECs). O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), foi o primeiro a declarar que as 536 matérias desse tipo não avançariam na Casa até o fim do decreto, previsto para 1º de janeiro de 2019.

Do total, 80 já estavam prontas para votação no Plenário, duas da lista de prioridades da CNM. A que se refere à alocação de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a que atualiza anualmente pelo índice oficial de inflação os valores dos programas.

Mobilização com deputados

A boa notícia veio da Câmara dos Deputados, cujo presidente, Rodrigo Maia (DEM-RJ), permitiu a discussão na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e nas comissões especiais. Como as PECs exigem mais tempo para preparo, elaboração e votação, pois requer quórum alto, o anúncio do Rodrigo Maia sinaliza celeridade na análise, que ficaria travada.

A assessoria parlamentar e as equipes técnicas da CNM, que já vinham se dedicando à articulação com os deputados, vão reunir esforços para representar o movimento municipalista nas comissões da Câmara. São cinco propostas que demandam atenção prioritária e os assuntos abrangem diferentes áreas, da saúde à energia. Em alguns casos, é necessário pressionar os parlamentares para derrubarem a medida, em outros, espera-se a aprovação da proposta.



Acompanhe as PECs prioritárias que serão analisadas nas comissões da Câmara

Proposta	Resumo	Posição	Situação
PEC 391/2017	Destina parte dos recursos do IR e do IPI seja destinada ao FPM no mês de setembro de cada ano.	Favorável	Aguardando Designação de relator na CCJC
PEC 22/2011	Dispõe sobre a política remuneratória dos profissionais que exercem atividades de agentes comunitário de saúde e de combate às endemias.	Contra	Pronto para a pauta no Plenário
PEC 122/2015	Impede a criação de leis que imponham ou transfiram encargos financeiros para os Entes sem previsão orçamentária ou sem o repasse de recursos.	Favorável	Aguardando criação de comissão temporária
PEC 97/2015	Assegura participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos e eólicos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos.	Favorável	Aguardando Constituição de Comissão Temporária
PEC 253/2016	Inclui as entidades de representação de Municípios, de âmbito nacional, no rol de legitimados para propor ADI e ADC.	Favorável	Aguardando Constituição de Comissão Temporária


 Institucional

Confederação amplia debates do Fórum Mundial da Água

Entre os dias 19 e 22 de março, Brasília foi palco de valiosas apresentações e debates envolvendo a temática da água. Na sede da entidade, ocorreu o *Espaço Municipalista*, que serviu para complementar as atividades propostas no 8º Fórum Mundial da Água.

Mais uma vez, a entidade mostrou seu potencial de mobilização e buscou estreitar o diálogo com a comunidade. Duas escolas locais estiveram presentes na sede da entidade para uma programação lúdica, voltada aos alunos.

Houve momento para partilha de histórias, mostras audiovisuais, além de uma visita guiada ao Museu Municipalista, instalado na sede da CNM. Ao se aproximar dos totens, o visitante é convidado a refletir sobre dados relacionados ao consumo de água, que servem de alerta para um uso mais consciente dos recursos hídricos.

Destaque também para a apresentação cultural do grupo Batucadeiros. O presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski, recebeu gestores de diferentes países e representantes de organizações internacionais, que prestigiaram a apresentação musical temática.

Compareceram ao evento as delegações chilena e boliviana, o governo da Catalunha, do Marrocos e de Córdoba, além de representantes da ONU-Habitat e do Programa das Nações Unidas (Pnud) Brasil. O presidente da Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma), **Iván Arciénega**, também esteve presente.

Em sua fala, Iván Arciénega destacou que a CNM é a organização municipalista mais importante do mundo. Ele também ressaltou a importância do evento e da reflexão



Ag. CNM

acerca da gestão da água, especialmente para os governos locais que compõem a América Latina. “Precisamos entender que o acesso à água é um direito humano. E isso deve ser um dos paradigmas para a construção



Ag. CNM

de políticas”, disse.

A outra parte das atividades do *Espaço Municipalista* esteve direcionada aos gestores municipais. Como parte da programação, a CNM disponibilizou uma oficina para sistematização e captação de recursos internacionais. Gestores de diversos Estados se fizeram presentes na atividade, que também contou com a presença de um representante da América Latina. O conselheiro e secretário de presidência do Congresso de Intendentes, Angel Alegre Alvarez, acompanhou atentamente as dicas compartilhadas.

“Estamos participando desse curso de capacitação com muita vontade e muito entusiasmo. Foi muito proveitoso. Muita gente acha que viagens ao exterior são para passeio ou lazer, mas a gente veio aqui para aprender e levar a experiência da CNM. Certamente vai ter um resultado positivo para os cidadãos, que são quem nos dão apoio para desenvolver nossas tarefas”, disse o conselheiro.



Boas práticas locais

O último dia de evento foi dedicado à troca de experiências entre os participantes. Um conjunto de painéis reuniu boas práticas implantadas em Municípios de diversos locais do país. São ideias que geralmente possuem baixo custo e podem ser replicadas de acordo com as necessidades de cada Município.

Localizada em São Paulo, a cidade de Vinhedo tem sido palco do Projeto Águas de Vinhedo. Ele é realizado nas escolas municipais e parte da educação para sensibilizar os estudantes na preservação do meio ambiente.

No Ceará, diversos Municípios do clima semiárido enfrentam problemas na obtenção e oferta de água potável. O analista de desenvolvimento rural e meio ambiente, Nicolas Emanuel Arnaud, trouxe detalhes sobre a iniciativa. Ele falou em nome da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece).

Arnaud compartilhou um projeto que adota uma estrutura móvel para dessalinização da água. A justificativa está em reduzir os elevados custos com os caminhões-pipa, que precisam buscar o recurso em distâncias cada vez maiores. O projeto oferece uma redução não ape-

nas na quilometragem das rotas de carros-pipa, mas também no custeio mensal do serviço. Dados apontam que o aporte financeiro diminuiu em uma média de 72,5% pelo uso do equipamento móvel.

A pequena cidade de São Ludgero (SC) conseguiu colocar em prática um importante projeto para o tratamento por completo do esgoto produzido e o apresentou no evento. Uma estrutura simplificada, que conta com reatores, filtros biológicos e círculo de bananeiras, faz um tratamento adequado dos dejetos. Segundo informou o engenheiro sanitário e ambiental Elton Peters, em maio de 2015, a cidade catarinense já havia atingido uma cobertura de 50% da população, com a instalação de mais de 260 conjuntos. Hoje a cobertura chega a 100%, reforçando o sucesso do projeto.

Os trabalhos do *Espaço Municipalista* foram finalizados com um painel a respeito da conexão existente entre água e mudanças climáticas. Como frisou a consultora em Meio Ambiente e Saneamento, Cláudia Lins, a ocupação do solo é responsável por 50% da emissão de gases no efeito estufa. A orientação é de que os Municípios atuem na agropecuária, por meio da Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

Visão municipal no 8º Fórum Mundial da Água

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, foi convidado a participar da 5ª Conferência Internacional de Autoridades Locais e Regionais, realizada no 8º Fórum Mundial da Água. Em seu discurso, o líder municipalista reforçou a importância de buscar avanços concretos para a pauta. “Que aqui possamos colher resultados importantes nessa luta tão importante para a humanidade”, disse.

Ziulkoski trouxe informações relevantes sobre a questão do saneamento básico no Brasil. Diante da meta de universalizar o serviço, o presidente contestou os baixos investimentos na área, que giram em torno de R\$ 3 bilhões por ano. Segundo ele, seriam necessários pelo menos R\$ 508 bilhões para que a meta fosse cumprida, no prazo previsto: em 2033.

O Fórum abriu espaço para dialogar a realidade local, e, durante três dias, diversos Municípios compartilharam iniciativas exitosas. Por exemplo, Afogados da Ingazeira (PE), que adotou um sistema biológico de efluentes. E Abaetetuba (PA), com o Salta-Z, projeto focado no tratamento da água bruta para oferta de água potável.

A programação contou ainda com oficinas para debate sobre os principais entraves na preservação das fontes de água; medidas para o enfrentamento aos períodos de seca e chuva intensa; a implantação de uma rede de saneamento para evitar o lançamento do esgoto nos rios, entre outros assuntos específicos.

 Institucional

AFM avança e gestores aguardam recebimento total da verba

Em cerimônia que contou com a participação de prefeitos e autoridades de todo o País, o presidente da República, Michel Temer, sancionou, no dia 12 de março, o Projeto de Lei do Congresso (PLN) 01/2018, que libera o Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM). A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia seguinte e, em 28 de março, os Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social divulgaram portarias para regulamentar o repasse. As medidas representam um avanço, mas ainda há a expectativa dos gestores para o recebimento do montante total do aporte.

Em discurso na solenidade de sanção, Ziulkoski celebrou a participação dos representantes locais na cerimônia. “A necessidade dos R\$2 bilhões vem se acumulando há anos. O auxílio deveria ter sido pago ano passado, mas precisava de uma lei e teve o recesso parlamentar. Mas, cumprindo o que havia sido acertado, virão os 50% para o fundo de saúde, 30% para educação e 20% para assistência social, que podem ser utilizados para custeio e vai ajudar os senhores e senhoras”, comemorou.

O presidente também agradeceu pelos avanços conquistados pela entidade com o governo e o Congresso Nacional, como o aperfeiçoamento do pacto federativo, a derubada do veto da alíquota do ISS para o cartão de crédito, a Lei Kandir, e a questão das UPAs e das creches.

A publicação específica quanto deve ser destinado a cada setor: R\$ 600 milhões para Educação; R\$ 1 bilhão para a Saúde; e R\$ 400 milhões para a Assistência Social. Por esta razão espera-se que o total seja pago em três transferências, uma de cada pasta. O Ministério da Saúde foi o único a realizar o repasse ainda no mês de março. O recurso não poderá contar para o atingimento dos mínimos constitucionais de Saúde e Educação. Isso porque não tem origem determinada em impostos, como o Fundo De Participação dos Municípios (FPM).

Em entrevista realizada durante visita à CNM, o prefeito de Piracanjuba (GO), João Barbosa de Oliveira, lembrou que o AFM deve representar um alívio. “As dificuldades

financeiras que o meu Município vive hoje, também é a realidade de muitos outros, dos Estados, do Brasil. Então esse valor deve desafogar um pouco as finanças municipais que andam tão espremidas”, frisou.

Prefeito de Carnaúba dos Dantas (RN), Gilson Dantas, também destacou que espera ansiosamente pelo repasse e cita o traba-

lho da Confederação nessa conquista. “Muito importante nessa queda de receita que os Municípios vêm sofrendo. A CNM vem sempre nos orientando e nos acompanhando na tomada de decisões e foi uma luta e conquistas dos prefeitos. É uma ajuda que vem dar uma folguinha nas finanças dos Municípios”, disse.



Bruno Peres / ACFIC

Atuação municipalista

Na cerimônia, Temer lembrou alguns dos principais avanços obtidos pelos Municípios e ressaltou a atuação do presidente da CNM a favor dos Entes locais. “O Ziulkoski é um grande líder. Toda as vezes em que nós damos alguma coisa, ele agradece, diz que está ótimo, mas depois fala: tem mais pedidos. E tem de ser assim”, afirmou.

Ele lembrou as várias reuniões realizadas junto ao líder municipalista e as conquistas resultantes dessas mobilizações. Dentre os principais avanços, ele apontou a medida provisória que trata da repatriação. “Com essa medida, todos puderam fechar as contas em 2016”. Temer ressaltou, ainda, o parcelamento da dívida previdenciária dos Municípios, sancionada durante a XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada em maio de 2017.

O presidente da República também apontou a importância de avançar em uma das principais pautas do movimento municipalista: o pacto federativo. “Esse foi um dos tópicos que eu abordei logo que tomei posse. Eu disse que nós vivemos em uma federação enfaixada. Nós precisamos realizar uma verdadeira federação em nosso país. E a União será forte na medida em os Estados sejam fortes e, especialmente, os Municípios sejam fortes”, ressaltou Temer.

Institucional

Conquista: internet banda larga deve chegar a Municípios sem conexão

Uma antiga demanda do movimento municipalista foi comemorada no mês de março – o lançamento oficial do programa Internet para Todos. A cerimônia foi realizada juntamente com a solenidade de sanção do Auxílio Financeiro aos Municípios. Representantes dos Municípios que fizeram o cadastro com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) assinaram o termo de adesão ao projeto.

A CNM destaca a importância da medida, que irá prover acesso à banda larga em localidades sem conexão. A entidade aponta que o acesso à internet de qualidade é uma necessidade dos Municípios por vários motivos, dentre os quais a promoção da transparência das contas públicas, a oferta de serviços ao cidadão por meio do site da prefeitura, o envio de prestações de contas da educação (Siope), da saúde (Siops) e do balanço geral (Finbra).

Quase três mil prefeituras já haviam demonstrado interesse em receber os equipamentos de transmissão da internet. Desse total, 2.766 puderam assinar o termo de assinatura pronto para iniciar o programa. Gestores que ainda não fizeram o cadastro devem acessar o portal do ministério.

Em discurso, Ziulkoski celebrou a participação dos representantes locais na cerimônia e a concretização do programa. “Lá em 2004, nós já buscávamos com o governo a criação de uma instância, que hoje finalmente está sendo implementada. Uma necessidade urgente; os prefeitos têm dificuldade com a internet. Os Tribunais de Conta exigem a prestação de contas imediata, além das demandas da educação, saúde e todas as outras áreas”, disse.

“Agora os Municípios terão total condição de melhorar a qualidade da gestão”

Jair Souto

O tema já havia sido colocado em pauta pela CNM em diversas reuniões da Comissão de Assuntos Federativos (CAF), com o intuito de fornecer uma solução tecnológica viável de acesso à internet de banda larga aos Municípios do interior do país, em especial àqueles da região Norte do país.

Responsável por apresentar as demandas municipais no desenvolvimento do programa, o prefeito de Manauquiri (AM), Jair Souto, ressalta como a medida deverá impactar os Municípios. “A internet é fundamental para várias ações, como, por exemplo, as de segurança nacional e de fronteira, pois com ela é possível integrar a atuação das administrações, principalmente os Municípios da região Norte, por razões geográficas”, destaca.

Souto ressalta, ainda, que “o trabalho feito pela CNM tem de ser destaque. A entidade é protagonista neste trabalho de fazer com que o governo desse atenção aos pleitos apresentados pelos Municípios”. Ele defende que

“agora os Municípios terão total condição de melhorar a qualidade da gestão”.

Ziulkoski lembra que o acesso à internet de qualidade não é apenas uma necessidade das gestões municipais, mas também de toda a população, que a utiliza como fonte de informação, pesquisa, educação, lazer, bem como acessa através dela uma série de serviços disponibilizados pelo poder público e pela iniciativa privada.

COMO PARTICIPAR

Os gestores interessados devem efetuar um cadastro junto ao MCTIC. Será de responsabilidade do Município a indicação dos lugares passíveis de atendimento e a área de colocação dos equipamentos. A segurança do local onde ficará o equipamento e a energia também é de responsabilidade da prefeitura.



Bruno Peres / MCTIC



 Convênios

Novas regras para execução de contrato de prestação de serviços

A Instrução Normativa do Ministério do Planejamento 2/2018 – com alterações pela Instrução Normativa 3/2018 – estabelece regras e diretrizes para execução de contrato de prestação de serviços entre a União e as instituições financeiras oficiais federais, para atuarem como mandatárias da União, na gestão operacional de contratos de repasse.

A publicação, no entanto, tem despertado inúmeros questionamentos por parte dos gestores municipais. A Confederação vem realizando reuniões junto à Caixa Econômica Federal e a Ministérios a fim de entender melhor a sistemática e os novos percentuais da taxa administrativa, bem como buscar adequações na normativa.

A entidade ressalta que um dos pontos de mudança trazidos pela IN é o detalhamento dos serviços que a mandatária precisa cumprir – um antigo pleito dos gestores municipais. Pela primeira vez, a prestação do serviço será mapeada, o que permite uma gestão mais eficiente e transparente dos contratos. O passo a passo da tramitação dos projetos de engenharia também será registrado no Sistema de Convênios (Siconv), possibilitando a verificação da situação do processo e dos empecilhos existentes para a liberação dos recursos.

Agora, a mandatária passa a ter prazos e indicadores específicos para cada ação que faz parte de todo o ciclo de vida do processo, desde a análise do plano de trabalho cadastrado no Siconv até a prestação de contas final dos recursos transferidos via contratos de repasse. A IN estabelece um prazo para cada serviço, variando de 10 a 180 dias.

Impasses – A Confederação alerta, por outro lado, para medidas que podem trazer impactos negativos para as administrações.

- 1** Foi definido um aumento do percentual pago pelo serviço. A taxa, que antes era fixada em 2,5%, poderá alcançar 12% – considerando-se a soma das taxas das parcelas fixas e variáveis. A nova taxa já poderá ser aplicada à carteira nova. O valor corrigido seria abatido da emenda parlamentar concedida ao Município.
- 2** Há a possibilidade de haver dificuldades por parte dos Ministérios para operacionalização dos empenhos – fato que vem sendo alvo de crítica dos parlamentares, que também questionam as novas taxas estabelecidas.
- 3** A gestão dos contratos de repasse frequentemente esbarra em aspectos burocráticos. Para a CNM, a transferência dos recursos das emendas parlamentares deveria ser feita por meio da modalidade fundo a fundo. A medida flexibilizaria o uso dos recursos, garantindo mais liberdade ao gestor municipal para emprego do montante conforme a sua realidade.

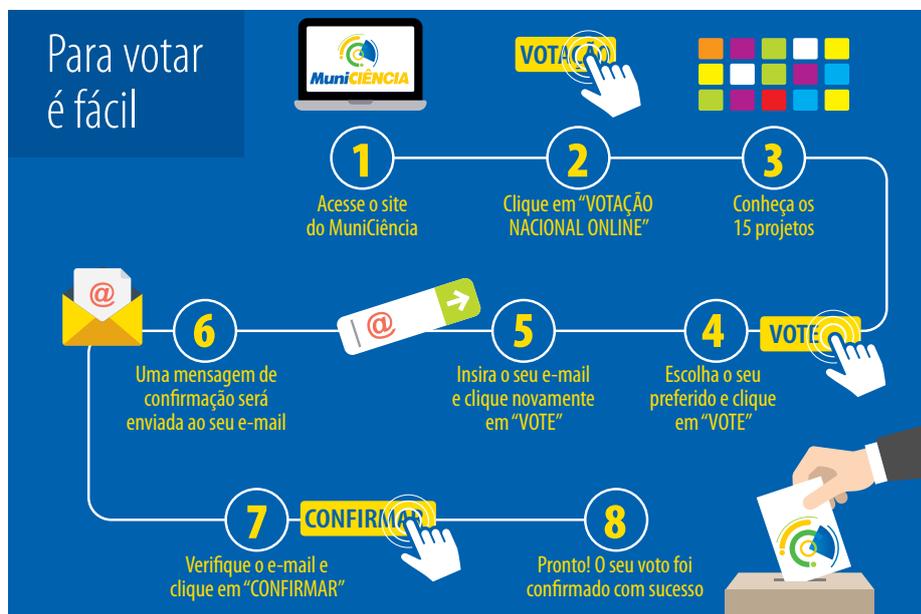
Diante dos impasses, a CNM enviou ofício à Caixa para que eles sejam solucionados e continuará acompanhando eventuais mudanças nos serviços prestados pela instituição financeira.

 Projeto

MuniCiência divulga projetos finalistas

O Projeto UniverCidades – que conta com o apoio financeiro da União Europeia – divulgou a lista das 15 iniciativas finalistas do Prêmio MuniCiência – Ciclo 2017/2018. As propostas apresentaram soluções inovadoras para desafios sociais e econômicos enfrentados pelas administrações municipais. A relação dos classificados está disponível no site www.municipiencia.cnm.org.br

Nesta última etapa, as iniciativas serão avaliadas por votação pública nacional realizada por meio do site do MuniCiência. As votações vão até 27 de abril. A CNM vai anunciar o resultado durante a **XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**. Os vencedores terão os projetos apresentados em seminários nacionais e publicados em Guias de Reaplicação da CNM. Ainda participarão de Seminário Internacional para intercâmbio de experiências.



Institucional

Na mídia: Municípios refutam declaração de ministro sobre corrupção

Em conversa com jornalistas no dia 19 de março, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, refutou declaração do ministro da Justiça, Torquato Jardim. Ele afirmou, durante o Fórum Econômico Mundial, que a corrupção encontrada na Operação Lava-Jato é pequena quando comparada às fraudes que existem nos Municípios brasileiros.

O posicionamento da Confederação foi repercutido por diversos veículos nacionais e regionais. Entre esses, Agência Brasil, EBC, Exame Online, Estado de Minas, Istoé Dinheiro, Congresso em Foco, SBT, Jus Brasil, Brasil 247, Zero Hora, RBS TV.

Ziulkoski apresentou nota com um panorama da realidade dos Entes locais

em várias áreas, como Educação, Saúde, Finanças e Segurança. “A União deve em todas as transferências R\$ 37 bilhões. Isso o ministro não fala. Essa perda representa muito mais do que na Lava-Jato, porque a União não paga isso”, alertou.

América Latina – Em visita à CNM, presidente da Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações (Flacma), Iván Arciénega, também refutou declaração sobre corrupção nos Municípios. Ele endossou o repúdio do movimento municipalista às declarações Jardim e de autoridades chilenas de que a corrupção acontece nos Municípios. A entidade internacional também divulgou nota para manifestar a indignação com as afirmações.



Projeto

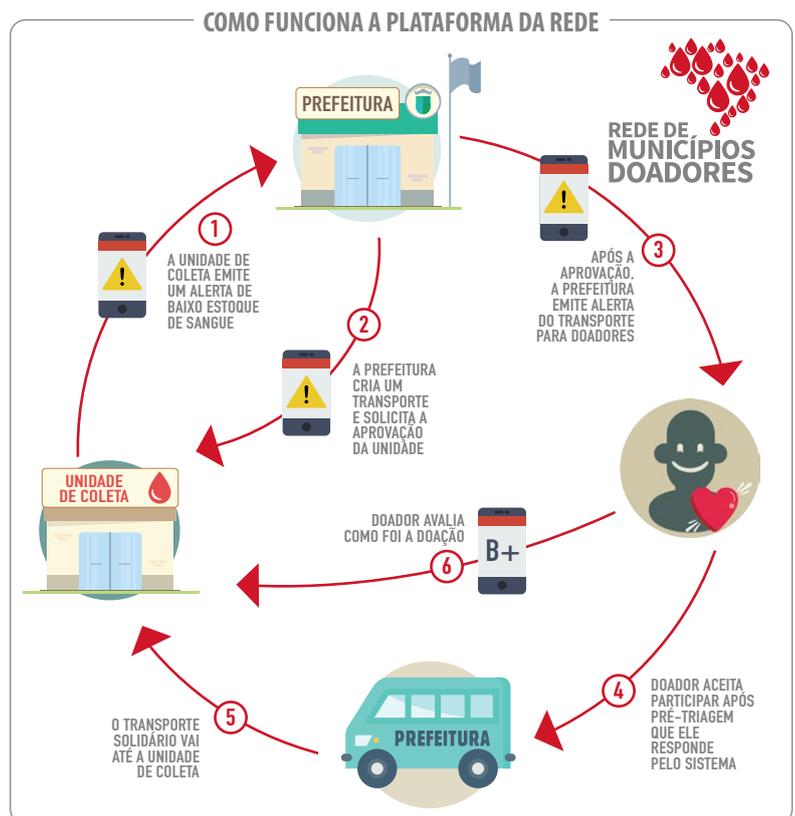
Projeto da CNM vai ampliar rede de doação de sangue no país

“É uma semente que se lança, mas uma semente que pode gerar uma árvore frondosa que poderá a vir sanar as necessidades dos nossos Municípios”. Essa foi a fala do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, acerca do projeto Rede de Municípios Doadores. A iniciativa tem por objetivo estimular a doação frequente e regular de sangue em todos os Municípios brasileiros.

Inicialmente, o projeto está sendo implantado no Estado do Goiás e será estendido para todo o país posteriormente. O lançamento aconteceu no dia 27 de março, durante o Encontro Goiano de Primeiras-Damas, Prefeitas e Secretárias de Governo. Isso porque, além de estimular a doação de sangue, busca-se inserir as mulheres na liderança de projetos sociais, colocando-as como madrinhas da Rede.

A primeira-dama do Estado, Valéria Perillo, elogiou a iniciativa. “A proposta é fortalecer e estimular o projeto Municípios Doadores. É uma causa humanitária e a gente precisa se sensibilizar para salvar vidas”, afirma.

O diretor-geral do Hemocentro de Goiás, Mauro Silva, explicou como funciona o processo de doação de sangue. Ele lembrou, ainda, da dificuldade que os hemocentros têm em lidar com o estoque baixo de sangue. “Nós sempre nos perguntamos se amanhã nós teremos estoque de sangue para doação”, finaliza.




 Jurídico

STF retira da maioria dos Municípios o direito de receber ISS

Como uma repetição da história, decisão monocrática de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) suspende legislação que promove justiça tributária. Dessa vez, liminar do ministro Alexandre de Moraes retirou dos Municípios, tomadores de serviço, o direito de receber o Imposto Sobre Serviço (ISS) arrecadado com as transações de cartões de crédito/débito, leasing e planos de saúde.

A decisão individual suspendeu o art. 1º da Lei Complementar 157/2016, que trata do local de incidência do imposto. Em detrimento dos interesses dos Municípios, o ministro decidiu favoravelmente à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.835 da Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) e da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (Cnseg).

O mesmo ministro já havia acatado liminar da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e de outras associações ligadas ao mercado financeiro para suspender os efeitos das mudanças promovidas na lei, que passaram a vigorar agora em 2018.

Com uma canetada, todo um trabalho de anos da CNM e de todo o movimento municipalista foi invalidado.

Para a Confederação, a decisão contraria tendência mundial, observada em diversos sistemas tributários, de imposto devido no destino – onde se localiza o usuário final daquela operação – e não na origem – onde se localiza o fornecedor do bem ou do serviço daquela operação. Também mantém a preservação do

federalismo fiscal brasileiro e os paraísos fiscais municipais.

Com a liminar, todo o esforço despendido pelos mais de 4 mil Municípios para atualizarem os códigos tributários foi ignorado.

A CNM lembra que algo muito parecido ocorreu, em 2012, com a legislação que garantiu a redistribuição dos *royalties* do petróleo, que promovia partilha mais justa

dos recursos arrecadados entre os Entes da Federação. Assim como o ISS, a aprovação de mudanças na legislação dos *royalties* pelo Congresso Nacional foi resultado de anos de trabalho e intensa atuação municipalista.

Canetada do STF invalida todo trabalho da CNM e dos gestores municipais, para mudança da lei federal e para adaptações dos códigos tributários. Sem previsão de decisão definitiva, trabalho agora é para revogar liminar.

Com liminar publicada em 23 de março, a CNM apresentou embargos de declaração referentes à concessão da liminar. Habilitada com *amicus curiae* – amigo da corte – nos autos do processo, a entidade municipalista se manifestou para elucidar aspectos relevantes e para garantir a preservação do interesse público. O documento propõe contribuir com o julgamento da demanda, com o esclarecimento das omissões e das contradições prejudiciais ao bom andamento do processo.

Os embargos apontaram para controvérsia jurídica apresentada na ação, como o argumento de dificuldade, na possível erupção de conflitos de competência e na insegurança que poderia gerar a nova competência tributária instituída pelo diploma legal. A CNM reforça que não há flagrante de inconstitucionalidade formal ou material que justifique a concessão de liminar, dado que não há ofensa alguma ao espírito da Constituição Federal.

A entidade questiona a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e a impossibilidade de o fisco realizar atos tendentes à sua cobrança, mas não de promover o seu lançamento. Por fim, aponta para omissão em relação à eventual devolução do pagamento caso seja revogada a liminar, uma vez que a decisão pode ser revista em julgamento no Plenário da Suprema Corte.



II Congresso Nacional

Lei de Licitações: CNM defende mudanças em audiência pública

A Nova Lei de Licitações pautou o debate entre representantes do setor público e parlamentares em audiência pública realizada, em março, na Câmara dos Deputados. O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, foi um dos convidados da Comissão Especial que analisa o Projeto de Lei 6.814/2017.

O relator da proposta, deputado João Arruda (PMDB-PR), pretende apresentar o relatório no início de maio. Ele deve tratar, no parecer, dos valores para pregão eletrônico e prazos para as etapas das obras licitadas.

Ziulkoski falou das principais dificuldades enfrentadas pelos gestores locais. "Hoje o cidadão pode fiscalizar melhor o pequeno do que o grande Município. Ainda assim, pela lei em vigor, válida para todos, os pequenos sofrem mais. A nova Lei é bem-vinda, urgente e já está atrasada", alertou.

Veja os pontos defendidos pela CNM:

1 Criação do Sistema Eletrônico Nacional Integrado de Contratos e Licitações Públicas a cargo da União (SNICP)

O sistema – a ser desenvolvido e fornecido pela União – integraria a administração pública direta e indireta dos Entes com os fornecedores interessados na prestação ou no fornecimento de produtos/serviços em âmbito nacional. A ideia seria atribuir a essa plataforma a condição de oficialidade no procedimento, permitindo que os atos sejam acompanhados pelos interessados.



2 Exclusão da modalidade de licitação convite

A medida se justifica pelo advento do pregão, que visa a democratizar a participação de um maior número de concorrentes nos certames. Há a constante controvérsia pelos órgãos de fiscalização e controle quanto à utilização do convite, atrelando, em muitos casos de forma incorreta, a eventuais práticas de improbidade administrativa por parte dos gestores municipais.



3 Atualização dos valores da contratação direta (dispensa)

O valor conferido na lei não é suficiente para a aquisição ou a execução de serviços emergenciais que surgem na condução da máquina pública. A última alteração foi realizada em 1998, atribuindo o valor de R\$ 8 mil para compras e serviços. A CNM sugere os seguintes valores: R\$ 90 mil para obras ou serviços de engenharia; e R\$ 45 mil para compras ou outros serviços.



4 Exclusão da publicação em jornal de grande circulação

A supressão da exigência de publicação é medida que se impõe no atual cenário de eficiência na administração pública. A publicação gera custo excessivo e desnecessário, tendo em conta a divulgação no site da Prefeitura e no Diário Oficial do Ente licitante. Como forma alternativa, o Sistema Eletrônico Nacional Integrado atribuiria a publicidade exigida no projeto.



Tecnologia

Êxitos: receba editais com oportunidades privilegiadas

Falta de conhecimento sobre oportunidades de financiamentos, inclusive por parte de organismos internacionais, não pode mais ser uma desculpa dos gestores locais. Isso porque a CNM disponibiliza a plataforma Êxitos, que seleciona e disponibiliza os editais abertos, com riqueza de detalhes e com facilidade de acesso. Com o sistema, a prefeitura consegue criar um ambiente favorável à boa gestão e ao desenvolvimento local.

A plataforma está disponível no site da CNM, no conteúdo exclusivo. Assim, os Municípios filiados à entidade nacional podem ter acesso a propostas, projetos, programas, prêmios e outros editais favoráveis à gestão. Para promover o cadastro, basta o gestor enviar mensagem eletrônica para atendimento@cnm.org.br, indicando um servidor res-



ponsável pelo perfil do Município. Também deve informar o cargo, o e-mail institucional, o telefone celular e o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF). Não há limite de cadastros por prefeitura.

Como funciona

O Êxitos faz uma varredura de todas as oportunidades de financiamento de acordo com o perfil do usuário. Ao promover o cadastro, a gestão passa a ter acesso imediato ao banco de dados da plataforma e a rece-

ber e-mails com as oportunidades. A ferramenta emite um alerta toda vez que for publicado um edital sobre investimentos. Mas não é só isso:

- orientações sobre a relação dos documentos gerados são concedidas mediante a disponibilidade de uma oportunidade; e
- acesso aos modelos de documentos obrigatórios são indicados para as oportunidades de captação de recursos.

A plataforma pode atender a todos os órgãos da administração pública, entidades públicas e privadas sem fins lucrativos e a todos aqueles que almejam realizar a captação de recursos. Os vereadores dos Municípios filiados também podem promover cadastro na plataforma para ter acesso às oportunidades de convênios, parcerias e/ou contratos.

Marcha

XXI Marcha traz presidenciáveis e aumenta expectativa de prefeitos

Uma oportunidade de conhecer as propostas dos presidenciáveis das eleições 2018 em benefício dos Municípios. Este será apenas um dos debates promovidos pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) durante a **XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**.

“Ao longo dos quatro dias deste congresso, desafios comuns dos Municípios são debatidos com os diferentes atores políticos, a fim de que, gradualmente, as imperfeições de nossa Federação sejam corrigidas”, lembrou o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

O evento acontece entre os dias 21 e 24 de maio, no Centro Internacional de Convenção do Brasil (CICB), e já tem causado forte expectativa entre os gestores municipais. É o caso do prefeito de Tapurah (MT), Iraldo Ebertz. “Acho que sempre é oportunidade para a gente adquirir conhecimentos novos. Ano passado foi muito importante, especialmente para mim, prefeito novo. Então é sempre muito bom para trocar experiências entre prefeitos”, citou.

Compromisso com o Brasil

Com o tema “Compromisso com o Brasil”, a entidade vai elaborar dois documentos, sendo o primeiro entregue aos presidenciáveis. Nele vão conter pontos que podem ser trabalhados em benefício dos Municípios. O segundo documento terá como destino a sociedade, apresentando as demandas e sensibilizando a população sobre a pauta municipalista.

Para a elaboração das cartas aos presidenciáveis e à sociedade, a CNM organizou Grupos de Trabalho que foram divididos em oficinas. A primeira aconteceu no início de março, quando técnicos da CNM elaboraram um documento com assuntos e pesquisas de interesse municipal. O arquivo foi analisado por um segundo grupo, constante de especialistas de órgãos relaciona-

dos aos temas, que deram importantes contribuições. O encontro, que aconteceu no fim de março, resultou em um documento mais embasado, que vai, agora, para discussão em oficina que contará com representantes do Executivo, do Legislativo, da Controladoria e Tecnologia, além de técnicos da CNM e de especialistas.



Institucional

Fóruns de Vereadores começam em abril

Os vereadores têm papel fundamental para o fortalecimento do movimento municipalista. A importância da interação dos representantes do Legislativo municipal com o Executivo local para o desenvolvimento das cidades foi enfatizada diversas vezes no ano passado e será reforçada em 2018 com a retomada do Fórum de Vereadores. A série de eventos começa no mês de abril em quatro Estados. As inscrições já estão abertas e são gratuitas.

No primeiro dia de evento, a CNM vai tratar temas como o papel fiscalizador do Poder

Legislativo local, o cumprimento das obrigações constitucionais e assuntos de responsabilidade do Poder Legislativo. Já a programação do segundo dia será voltada aos processos licitatórios, à Lei de Acesso à Informação, à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e às obrigações do Poder Legislativo. A atualização das Leis Orgânicas e de outras legislações também estarão em pauta.

O acesso à íntegra da relação de palestras e a efetivação das inscrições podem feitas pelo **hotsite vereadores.cnm.org.br**.

Confira o calendário dos eventos:

-  **5 a 6 de abril**  **Pirenópolis/GO**
-  **10 a 11 de abril**  **Itabuna/BA**
-  **17 a 18 de abril**  **Boituva/SP**
-  **24 a 25 de abril**  **Lages/SC**